



# SENADO FEDERAL

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### PAUTA DA 41<sup>a</sup> REUNIÃO

(4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 55<sup>a</sup> Legislatura)

**04/12/2018  
TERÇA-FEIRA  
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho**



## Comissão de Assuntos Econômicos

**41<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 55<sup>a</sup> LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 04/12/2018.**

**41<sup>a</sup> REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**  
*Terça-feira, às 14 horas e 30 minutos*

## SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Destinada a debater a questão orçamentária e os reflexos econômicos da crise da segurança pública.	7

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(1)

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho

(27 titulares e 26 suplentes)

TITULARES		SUPLENTES
<b>MDB</b>		
Raimundo Lira(PSD)(6)(26)	PB (61) 3303-6747	1 Eduardo Braga(9)(6)
Roberto Requião(9)(6)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Romero Jucá(6)
Garibaldi Alves Filho(6)	RN (61) 3303-2371 a 2377	3 Elmano Férrer(PODE)(6)(48)(37)(46)
Rose de Freitas(PODE)(6)(21)	ES (61) 3303-1156 e 1158	4 Waldemir Moka(6)
Simone Tebet(6)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3 153/4754/4842/48 44/3614	5 Airton Sandoval(20)(17)(25)
Valdir Raupp(6)	RO (61) 3303-2252/2253	6 Dário Berger(36)
Fernando Bezerra Coelho(20)	PE (61) 3303-2182	SC (61) 3303-5947 a 5951
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>		
Gleisi Hoffmann(PT)(2)	PR (61) 3303-6271	1 Guaracy Silveira(DC)(2)(29)(34)(44)
Humberto Costa(PT)(2)	PE (61) 3303-6285 / 6286	2 Fátima Bezerra(PT)(2)
Jorge Viana(PT)(2)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(2)
José Pimentel(PT)(2)	CE (61) 3303-6390 /6391	4 Regina Sousa(PT)(2)
Lindbergh Farias(PT)(2)	RJ (61) 3303-6427	5 Paulo Rocha(PT)(2)
Acir Gurgacz(PDT)(2)(15)(13)(34)(42)(43)	RO (061) 3303-3131/3132	6 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)(12)
<b>Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)</b>		
Tasso Jereissati(PSDB)(4)	CE (61) 3303-4502/4503	1 Ataídes Oliveira(PSDB)(4)
Ricardo Ferrão(PSDB)(4)(23)(22)(28)	ES (61) 3303-6590	2 Dalírio Beber(PSDB)(4)(23)(28)(24)(27)
José Serra(PSDB)(4)	SP (61) 3303-6651 e 6655	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(4)
Ronaldo Caiado(DEM)(6)	GO (61) 3303-6439 e 6440	4 Davi Alcolumbre(DEM)(6)
José Agripino(DEM)(6)	RN (61) 3303-2361 a 2366	5 Maria do Carmo Alves(DEM)(6)
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>		
Otto Alencar(PSD)(3)	BA (61) 3303-1464 e 1467	1 Sérgio Petecão(PSD)(3)
Omar Aziz(PSD)(3)	AM (61) 3303-6581 e 6502	2 José Medeiros(PODE)(3)
Ciro Nogueira(PP)(3)	PI (61) 3303-6185 / 6187	3 Benedito de Lira(PP)(3)(35)(38)(49)
<b>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE)</b>		
Lúcia Vânia(PSB)(16)	GO (61) 3303-2035/2844	1 VAGO(31)(19)(40)
Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408	2 Cristovam Buarque(PPS)
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	3 VAGO(8)(16)
<b>Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)</b>		
Wellington Fagundes(PR)(5)(45)(47)	MT (61) 3303-6213 a 6219	1 Pedro Chaves(PR)(5)
Armando Monteiro(PTB)(5)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Cássio Cunha Lima(PSDB)(5)(11)(10)(33)
Vicentinho Alves(PR)(5)(14)(32)(41)(50)	TO (61) 3303-6469 / 6467	3 Cidinho Santos(PR)(5)(30)(39)

- (1) O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.
- (2) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferrão, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fágundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- (6) Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n°07/2017-GLDEM).

- (7) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
- (8) Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
- (9) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
- (10) Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (11) Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
- (12) Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
- (13) Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
- (14) Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
- (15) Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
- (16) Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
- (17) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (18) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (19) Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
- (20) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (21) Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
- (22) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (23) Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
- (24) Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
- (25) Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
- (26) Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
- (27) Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
- (28) Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
- (29) Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
- (30) Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- (31) Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
- (32) Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
- (33) Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
- (34) Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
- (35) Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
- (36) Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDB).
- (37) Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
- (38) Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
- (39) Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
- (40) Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
- (41) Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD).
- (42) A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
- (43) Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
- (44) Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
- (45) Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
- (46) Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
- (47) Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
- (48) Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
- (49) Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
- (50) Em 20.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 76/2018-BLOMOD).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 10:00 HORAS  
 SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA  
 TELEFONE-SECRETARIA: 61 33033516  
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 33033516  
 E-MAIL: cae@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**4<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55<sup>a</sup> LEGISLATURA**

Em 4 de dezembro de 2018  
(terça-feira)  
às 14h30

**PAUTA**  
41<sup>a</sup> Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

	Audiência Pública Interativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

**Retificações:**

- Inclusão de convidado (03/12/2018 18:58)

## Audiência Pública Interativa

### Assunto / Finalidade:

Destinada a debater a questão orçamentária e os reflexos econômicos da crise da segurança pública.

### Observações:

Avaliação de Políticas Públicas. 2ª Reunião.  
(Art. 96-B, Regimento Interno do Senado Federal)

### Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQE 5/2018](#), Senador Tasso Jereissati
- [RQE 17/2018](#), Senador Armando Monteiro
- [RQE 62/2018](#), Senador Armando Monteiro

### Convidados:

#### **Alexandre Araújo Mota**

- Secretário Nacional de Segurança Pública - Adjunto

#### **Mágino Alves Barbosa Filho**

- Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo

#### **Samira Bueno**

- Diretora-Executiva da ONG Fórum Nacional de Segurança Pública

#### **Hussein Kalout**

- Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

1

RQE  
00005/2018



## REQUERIMENTO N° , DE 2018 – CAE

SF18714.90993-02

Requeiro, com amparo no art. 96-B, do RISF, sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, na área de segurança publica, notadamente no que se refere a QUESTÃO ORÇAMENTÁRIA e REFLEXOS ECONÔMICOS DA CRISE DA SEGURANÇA PÚBLICA.

### JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno desta Casa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.” Soma-se a essa determinação regimental o disposto no art. 93, que determina como atribuição da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a análise de problemas econômicos e questões orçamentárias.

O Brasil vive uma gravíssima crise na segurança pública, que culminou com a recente intervenção federal nesta área no Estado do Rio de Janeiro.

A despeito do tema ser mais afeto à competência da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, o problema é de tal amplitude que a CAE não pode se furtar à obrigação de também contribuir na busca de soluções para o problema.

Não resta dúvida que a segurança pública tem sérios reflexos na economia, como a redução de atratividade de investimentos internos e



SENADO FEDERAL  
Gabinete Senador Tasso Jereissati

SF18714.90993-02

externos, diminuição da capacidade de investimento público em outros setores devido ao volume demandado pela segurança e combate à criminalidade, assim como na própria saúde pública no atendimento a atingidos pela violência. Outro aspecto relevante comumente apontado como causa da ineficiência da atuação do Estado brasileiro é a baixa execução de verbas orçamentárias no setor, alvo de frequentes contingenciamentos e a desproporcionalidade na distribuição de recursos entre União, Estados e Municípios.

Por outro lado, inúmeros planos e políticas na área da segurança pública tem sido repetidamente lançados por diversos governos e esferas da administração pública, com resultados sempre aquém do esperado.

Neste sentido, propomos que esta Comissão se debruce na análise destas políticas públicas, sob a ótica de seus reflexos na atividade econômica e das despesas orçamentárias, como forma de darmos nossa colaboração neste momento tão crítico.

Peço, portanto, o apoio de nossos nobres pares à presente proposta, assim como o seu valioso engajamento no enfrentamento desta questão.

Sala da Comissão, em 15 de fevereiro de 2018.

Senador **TASSO JEREISSATI**  
PSDB-CE

RQE  
00017/2018



SENADO FEDERAL  
Comissão de Assuntos Econômicos

SF18048-57675-25

## Avaliação de Políticas Públicas (Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal)

### Proposta Plano de Trabalho

#### A questão orçamentária e reflexos econômicos da crise da segurança pública

Presidente: **SENADOR TASSO JEREISSATI**  
Vice-Presidente: **SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO**  
Relator: **SENADOR ARMANDO MONTEIRO**

## I APRESENTAÇÃO

As políticas públicas são instrumentos fundamentais do Estado para promover o bem-estar da sociedade. Elas compreendem o conjunto de planos, ações e metas do governo que asseguram, entre outros objetivos, o desenvolvimento econômico e social do país. O ciclo das políticas públicas é formado por cinco etapas. Ele inicia-se pela formação da agenda, segue pela formulação da política, passa pela tomada de decisão, continua com a implementação e finaliza-se com a avaliação.



A avaliação é, portanto, etapa essencial deste ciclo. Ela visa, primeiramente, ao controle de todo o processo, realizando a devida prestação de contas perante a sociedade. Busca também o aprimoramento das atividades realizadas nas etapas anteriores, a partir do acúmulo de experiências e informações a serem utilizadas em futuras decisões da Administração Pública.

A avaliação de políticas públicas é atividade realizada pelos Parlamentos das principais democracias do mundo. E, a partir da promulgação da Resolução nº 44, de 2013, que inseriu no Regimento Interno do Senado Federal (RISF) o art. 96-B, o Senado Federal assumiu esta importante ocupação, dentro de sua função fiscalizadora. Em síntese, o referido artigo estabelece procedimentos para avaliação sistemática das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

No dia 20 de fevereiro, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovou o REQ 5/2018, do Senador Tasso Jereissati, para que sejam avaliadas, por esta Comissão, as políticas públicas, no âmbito do Poder Executivo Federal, na área de segurança pública, notadamente no que se

refere à *questão orçamentária e reflexos econômicos da crise da segurança pública.*

O tema escolhido é de grande pertinência no momento atual, em especial com a promulgação do Decreto Legislativo nº 10, de 2018, que "decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública".

A Comissão de Assuntos Econômicos abordará esse tema do ponto de vista da economia. Há anos vem sendo desenvolvida a abordagem da Economia do Crime, uma área de pesquisa que investiga as causas e consequências do crime, bem como as formas de se reduzir os custos do crime para a sociedade. Diversos estudos já demonstraram que a criminalidade tende a aumentar em momentos de crise econômica, bem como ocorre o aumento de desemprego e da informalidade. Inicialmente há uma escalada dos crimes contra a propriedade, para em um momento seguinte, aumentar os crimes contra a vida. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) destaca que os crimes podem atingir picos durante as crises econômicas<sup>1</sup>. Durante esses períodos pode dobrar a incidência de roubos.

O Brasil ainda se recupera de sua mais longa recessão econômica, com duração de 11 trimestres e queda acumulada de 8,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Os efeitos econômicos e sociais devastadores dessa crise ainda estão sendo sentidos pela população. Podemos afirmar que a atual crise da segurança pública também tem causas econômicas. Vale



---

<sup>1</sup> Relatório do UNODC: Monitoramento do impacto da crise econômica sobre o crime.  
<http://www.unodc.org/unodc/en/frontpage/2012/February/economic-crises-can-trigger-rise-in-crime.html>.  
Acesso em 15 de março de 2018.

lembra, no entanto, que não é a única causa, pois a violência no Brasil continuou aumentando mesmo na época do crescimento econômico.

Além disso, a violência também provoca consequências negativas para a economia. O Estado precisa deslocar mais recursos para a segurança pública que de outra forma poderiam ser investidos em outras áreas. O setor privado também incorre em elevados custos com seguros, proteção individual e de patrimônio, como sistemas de vigilância e segurança. Tudo isso gera impactos negativos para os investimentos.



O estudo “análise dos custos e consequências da violência no Brasil”<sup>2</sup> estimou que “em 2004, o custo da violência no Brasil foi de R\$ 92,2 bilhões, o que representou 5,09% do PIB, ou um valor per capita de R\$ 519,40. Deste total, R\$ 28,7 bilhões corresponderam a despesas efetuadas pelo setor público e R\$ 60,3 bilhões foram associados aos custos tangíveis e intangíveis arcados pelo setor privado”. De acordo com o pesquisador do IPEA, Daniel Cerqueira “o custo da violência hoje está em 5,9% do PIB. Desses, 1,4% é gasto com segurança, 0,4% é gasto com sistema prisional. Outros 2,5% é o custo intangível, que tem a ver com as mortes por homicídios. Além disso tem 1,6%, que é a soma dos custos com segurança privada e com seguro<sup>3</sup>. ”

Com relação ao setor produtivo, os dados mostram um impacto negativo nos investimentos, o que compromete a geração de empregos e o crescimento de longo prazo. Segundo estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), “todos os anos, R\$ 130 bilhões deixam de ser investidos na produção industrial em função da violência no país [...] Esse é o volume

---

<sup>2</sup> [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4541](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4541). Acesso em 15 de março de 2018.

<sup>3</sup> <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38852816>.

que a indústria de transformação brasileira gasta anualmente com custos com segurança privada e com as perdas decorrentes de roubo de carga e vandalismo”<sup>4</sup>. O mesmo estudo aponta que “o número de ocorrências de roubo e furto de carga aumentou 64% entre 2010 e 2015, chegando a 20.803 em 2015”.

Outros estudos mostram como a criminalidade impacta negativamente os preços de imóveis e o valor de alugueis<sup>5</sup>. Dessa forma, há uma perda de valor de patrimônio quando aumenta os índices de criminalidade em um determinado local.



O Instituto para Economia e a Paz (IEP), em trabalho intitulado “O Valor Econômico da Paz”<sup>6</sup>, estimou em US\$ 13,6 trilhões o impacto econômico da violência na economia mundial em 2015 – o que equivale a 13% do PIB mundial. Isso representa um custo anual de quase US\$ 2 mil por pessoa.

Esses custos podem ser diretos – despesas públicas em forças armadas, sistemas prisionais, sistemas de saúde pública e polícia – ou indiretos – como a redução da produtividade decorrente de lesões, traumas e mortes. No geral, a maior parcela do custo estimado da violência é o gasto militar. Em seguida, são os gastos com segurança interna, o que engloba gastos preventivos como polícia ostensiva e investigativa e sistema prisional.

O Instituto classifica, ainda, os países em um *ranking* segundo os custos da violência como percentual do PIB. O Brasil ocupa a 32<sup>a</sup> posição

<sup>4</sup> <http://www.portalaindustria.com.br/agenciaaci/noticias/2016/11/industria-perde-r-130-bilhoes-por-ano-com-a-violencia-no-brasil/>. Acesso em 15 de março de 2018.

<sup>5</sup> Ver por exemplo, Paixão, L. (2009). O impacto da violência no preço dos imóveis comerciais de Belo Horizonte: uma abordagem hedônica; e Teixeira e Serra (2006). O impacto da criminalidade no valor da locação de imóveis: o caso de Curitiba.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2016/12/The-Economic-Value-of-Peace-2016-WEB.pdf>. Acessado em 14/03/2018.

nessa classificação. O custo da violência no país, segundo o IEP, alcançou US\$ 338 bilhões, em 2015 – o que corresponde a 13,5% do PIB ou um gasto *per capita* anual de US\$ 1,6 mil. No caso brasileiro, os maiores custos decorrem da perda de produtividade estimada decorrente de homicídios e das despesas em segurança interna.

Esse nível de gastos coloca o Brasil entre os países com maior custo estimado da violência – o gasto médio dos países é de 10% do PIB e o gasto mediano de 7%. Entre os países sul-americanos, o Brasil está atrás, apenas, da Venezuela (4<sup>a</sup> posição) e da Colômbia (7<sup>a</sup> posição). O Brasil destaca-se, ainda, entre os países nos quais a população alega ter mais medo do crime. Quase 65% da população brasileira alega temer atividades criminosas, taxa inferior apenas à da Venezuela (76%) na América Latina.



Outro trabalho que ilustra os impactos da segurança pública na economia é a chamada *Enterprises Surveys* do Banco Mundial. Para elaboração do relatório, o Banco Mundial entrevistou cerca de 1800 empresários brasileiros entre maio de 2008 e junho de 2009. Entre os diversos indicadores que compõem a pesquisa, cinco referem-se especificamente ao impacto de crime, roubos e desordens no custo de fazer negócios no país. Esses indicadores mostram que há dois tipos de impactos do crime no dia-a-dia das empresas: i) custos diretos – recursos que são desviados de fins produtos para investimento em segurança privada; ii) custos indiretos – perdas esperadas decorrentes de atividades criminosas e vandalismo.

A título de exemplo, mais de 72% das firmas brasileiras alegavam investir em segurança privada. Esses custos consomem cerca de 2,4% das vendas anuais das empresas. Além disso, quase 40% das firmas afirmaram esperar alguma perda decorrente de roubo e vandalismo. A

expectativa é que essas perdas alcançassem cerca de 7% das vendas anuais. Em outras palavras, os impactos da violência eram estimados pelas próprias empresas em quase 10% das vendas anuais.

Adicionalmente, cerca de 70% das firmas indicavam no crime, no roubo e na desordem um obstáculo relevante para fazer ou ampliar negócios no país – a título comparativo, essa taxa é de cerca de 30% nos demais países da América Latina e 19% em todos os países do mundo. Esses dados deixam evidente o impacto da segurança na redução da atratividade de investimentos no País.

Dessa forma, não há dúvida de que o agravamento da crise na área de segurança pública tem como contrapartida grande custo econômico e social. Mas em que medida é possível mensurar a reação dos governos a essa situação? A análise histórica da execução dos orçamentos dos estados, Distrito Federal e União constitui um importante mecanismo na avaliação da política pública de segurança e será um dos pilares da presente avaliação.

A análise orçamentária evidencia quanto os governos têm gasto anualmente para reverter o quadro de insegurança que atinge nossa sociedade. Ela revela diversas perspectivas que podem nos auxiliar a diagnosticar problemas na execução da política. Nesse contexto, é possível distinguir o perfil do financiamento da segurança pública, destacando o balanço dos dispêndios entre o Governo Federal e os outros entes federativos. Possibilita, ainda, analisar em que parte da segurança pública se concentra o apoio da União aos estados e quais as dificuldades encontradas nesse apoio, como por exemplo, o contingenciamento. Além disso, o exame orçamentário proporciona uma visão comparativa dos dispêndios dos estados, o que pode ser útil para avaliar a efetividade da política do ponto de



vista territorial, quando analisada conjuntamente com os índices de criminalidade dos estados.

Além disso, estudo realizado pela Mckinsey em 2014 indica que apenas 5 a 10% dos crimes registrados pelas polícias são elucidados no Brasil, contra uma taxa de elucidação de cerca de 60% em países como EUA e Reino Unido. Em 2015 o instituto Sou da Paz publicou um relatório com a proposta de criação de um indicador de elucidação de homicídios e calculou o indicador para seis estados Pará (4,3%), Rio de Janeiro (11,8%), Espírito Santo (20,1%), Rondônia (24,6%), São Paulo (38,6%), Mato Grosso do Sul (55,2%). Essas taxas corroboram estimativas anteriores produzidas por Misso e Vargas (2007) para o Rio de Janeiro e por Saporì (2007) para Belo Horizonte. As causas para esse baixo desempenho foram atribuídas, em primeiro lugar, à baixa integração entre as polícias militar e civil, o que afeta a produção de provas (por exemplo, proteção insuficiente da cena do crime) e o fluxo de informações durante o processo de investigação dos crimes. Em segundo lugar, há problemas decorrentes das dificuldades de relacionamento entre a polícia civil e sistema judiciário, o que afeta a agilidade de investigações e a qualidade dos processos. Em terceiro lugar, a má gestão do sistema judiciário gera morosidade nos processos que em muitos casos resulta na prescrição de processos. Os níveis de produtividade atuais são inaceitáveis diante dos parâmetros internacionais. Metas de desempenho para as polícias civis podem reverter esse padrão de baixa produtividade sem grandes investimentos em novas contratações. Uma medida importante na área foi proposta pelo “Sou da Paz” que se refere à criação de um indicador nacional de investigação de homicídios que permita mensurar com segurança o desempenho das investigações criminais em cada estado.



## II ATIVIDADES PROPOSTAS

Uma das principais tarefas que nos propomos realizar é a análise orçamentária de forma a avaliar o balanço do financiamento da segurança pública entre a União e os estados e o Distrito Federal. A proposta é estabelecer esse balanceamento por meio do exame da execução, por tipo de ente federativo, em cada uma das subfunções pertencentes à função Segurança Pública, exceto a subfunção Defesa Civil. Esse exame contempla, ainda, a subfunção Custódia e Reintegração Social, não inclusa na função Segurança Pública e que trata do sistema carcerário. Outro aspecto a ser evidenciado consiste na avaliação da execução orçamentária da União na área de segurança pública em termos da efetivação dos repasses programados aos estados e ao DF. A análise também pretende apurar em que medida esses repasses são prejudicados em consequência do contingenciamento do orçamento federal. Além disso, serão comparados os dispêndios dos estados em segurança pública.



A avaliação será realizada pela consolidação e análise de informações coletadas por diversos meios com o intuito de delinear os aspectos orçamentários e os impactos econômicos para verificar as propostas e proposições legislativas em andamento e as que podem ser sugeridas por este relatório. Primeiramente, foi planejado o envio de requisições de informações aos órgãos diretamente ligados à Segurança Pública. Em paralelo, também serão consultados o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de prover maiores detalhes a respeito do TC 025.218/2015, cuja finalidade foi avaliar a situação da segurança pública no País<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> A mencionada auditoria resultou no Acórdão no 1943/2015-TCU-Plenário (Relator Ministro José Múcio), cujo relatório e dispositivo está disponível por meio do link: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A2561DF3F5015632E97D7A64D9&inline=1>. Esse relatório traz um panorama orçamentário e financeiro da Segurança Pública

Na sequência, propõe-se a realização de três audiências públicas. As audiências previstas foram distribuídas ao longo do primeiro semestre.

1<sup>a</sup> Audiência: pretende-se convidar especialistas e pesquisadores, bem como representantes de organizações internacionais para responder a questão: qual o custo da violência para o País e seus efeitos sobre os investimentos?

2<sup>a</sup> Audiência: discussão sobre o financiamento da segurança pública e a relação União/Estados e DF. Para isso, poderiam ser convidados um ou mais secretários de estado de segurança pública, um representante do Ministério da Justiça, além de representantes de entidades relacionadas à área de segurança pública. Tal audiência pretende responder as seguintes questões: qual a situação do orçamento da segurança pública nos Estados; como está o orçamento e a execução dos orçamentos estaduais para segurança pública nos últimos anos; qual o papel da União? qual o papel dos Estados?

3<sup>a</sup> Audiência: o País precisa de uma política de segurança pública. Nesse sentido, quais são as propostas para melhorar a distribuição de recursos e sua eficiência?

Destaca-se que, em vista a relevância de questões orçamentárias para as análises que se pretende realizar, é essencial que as atividades contem com a atuação conjunta da Consultoria Legislativa (CONLEG) e da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal (CONORF).



Após a coleta dessas informações, será elaborado relatório preliminar das atividades, o qual será apreciado no âmbito da CAE. Realizadas as devidas correções e a incorporação das sugestões recebidas durante a apreciação do relatório final na CAE, o relatório final será apresentado no final de junho de 2018, em data a ser definida, para votação e aprovação na Comissão.



### **III CRONOGRAMA**

Está previsto para a abril de 2018, a reunião da CAE em que será apresentada esta proposta de plano de trabalho. A partir de então, caso ela seja aprovada, sugerimos a seguinte programação para as próximas atividades:

<b>Data</b>	<b>Atividade</b>	<b>Local</b>	<b>Convidados</b>
Até 15/05	Envio de requerimento de informações MJ		
Até 15/05	Envio de requerimento ao Tribunal de Contas da União (TCU)		
Abri	Audiência pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19	Reunião com especialistas, representantes do TCU e do IPEA.
Maio	Audiência pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19	Reunião com Secretários de estado de segurança pública, um representante do Ministério da Justiça, além de representantes de entidades relacionadas à área de segurança pública.

Maio	Audiência pública	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19	Reunião com representantes do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, do Instituto Sou da Paz, do pesquisador Claudio Beato – CRISP/MG e do pesquisador Leandro Piquet – USP.
Junho	Consolidação das informações pela CONLEG/CONORF		
Junho	<b>Apresentação de Relatório Preliminar</b>		
Junho	<b>Apresentação e Votação do Relatório Final</b>		

Esclarecemos que o cronograma proposto pode sofrer alterações nas datas e atividades ao longo da execução dos trabalhos, a fim de se ajustar à disponibilidade dos convidados.

Sala da Comissão, 27 de março de 2018.

Senador **Armando Monteiro**

**(PTB-PE)**





**SENADO FEDERAL**  
Senador Armando Monteiro

**RQE**  
**00062/2018**

**REQUERIMENTO N.º , DE 2018 – CAE**

(Aditamento ao Requerimento nº 17/2018-CAE)

SF18108-04760-30  
A standard linear barcode is positioned vertically next to the document number.

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 17, de 2018-CAE, que trata da avaliação das políticas públicas do Poder Executivo Federal na área de Segurança Pública, aprovado em 3/4/2018, a alteração do cronograma proposto pelo Plano de Trabalho para que as audiências públicas destinadas a debaterem os aspectos econômicos que envolvem o problema da violência no país, sejam realizadas ao longo do ano de 2018.

Sala da Comissão,

**Senador ARMANDO MONTEIRO**  
(PTB-PE)